


MONUMENTOS NA METRÓPOLE: SIMBOLISMO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NO RIO DE JANEIRO

MONUMENTS IN THE METROPOLIS: SYMBOLISM OF SOCIO-SPATIAL INEQUALITY IN RIO DE JANEIRO


Kamilli Euzebio Moreira

 <https://orcid.org/0009-0009-9602-902X>

Correspondência: Kamillimoreirafebf@gmail.com

Universidade Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.


Rodrigo Batista Lobato

 <https://orcid.org/0000-0002-3449-5377>

Correspondência: lobato.uerj@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.


Erika Ferreira de Carvalho

 <https://orcid.org/0009-0001-8099-5524>

Correspondência: carvalhoerikaf@gmail.com

Universidade Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Lilian Santos Pinto

 <https://orcid.org/0009-0000-6438-5497>

Correspondência: lilianpinto.uerj@gmail.com

Universidade Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2026.96997

Recebido em: 9 mar. 2026 | **Aceito em:** 30 abr. 2026

RESUMO

Este trabalho analisa a distribuição espacial de monumentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), destacando as relações de poder e centralidade simbolizadas no espaço urbano. Discute-se a desigualdade socioespacial, com maior concentração de monumentos e informações na capital em detrimento dos demais municípios. O estudo mapeia quantitativamente esses monumentos, relacionando-os a disparidades sociais, utilizando dados de sites, Google Earth e prefeituras. Constatou-se que a capital, especialmente em áreas elitizadas, concentra mais monumentos, com temáticas e homenagens que refletem a dominância de grupos privilegiados, negligenciando a representatividade das diversas camadas populacionais fluminenses. A pesquisa evidencia como a materialização desses símbolos reforça desigualdades territoriais e culturais.

Palavras-chave: monumentos; formas simbólicas espaciais; desigualdade socioespacial; região metropolitana do Rio de Janeiro.



ABSTRACT

This study analyzes the spatial distribution of monuments in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ), highlighting the relations of power and centrality symbolized in the urban space. It discusses socio-spatial inequality, with a greater concentration of monuments and information in the capital to the detriment of other municipalities. The study quantitatively maps these monuments, relating them to social disparities, using data from websites, Google Earth, and city halls. It was found that the capital, especially in elite areas, concentrates more monuments, with themes and tributes that reflect the dominance of privileged groups, neglecting the representation of the diverse social strata of the population of Rio de Janeiro. The research shows how the materialization of these symbols reinforces territorial and cultural inequalities.

Keywords: monuments; symbolic spatial forms; socio-spatial inequality; metropolitan region of Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre os monumentos exige compreendê-los não apenas como objetos materiais inseridos na paisagem urbana, mas como dispositivos simbólicos produtores de memória, sentido e poder. Ao longo da história, essas formas construídas atuaram como mediadoras entre o tempo passado e o presente, inscrevendo narrativas específicas no espaço geográfico e orientando modos de lembrar e reconhecer determinados sujeitos, acontecimentos e valores. Nesse sentido, o monumento ultrapassa sua dimensão estética ou comemorativa, constituindo-se como um artefato cultural intencional, capaz de operar na produção de identidades, na legitimação de narrativas históricas e na organização simbólica da paisagem. É a partir dessa compreensão ampliada que se faz necessário retomar brevemente as definições clássicas sobre o conceito de monumento, a fim de situar suas origens semânticas e seus desdobramentos teóricos, no qual, Riegl (2014), conceitua o sentido primordial de monumento, como:

Por monumento, no sentido mais antigo e primitivo, entende-se uma obra realizada pela mão humana e criada com o objetivo específico de manter sempre presente e viva na consciência das gerações futuras uma ação ou um destino individual (ou um conjunto desses). (Riegl, 2014, p.23).

Para além desta marca humana e cultural na paisagem, este estudo tem como hipótese que os monumentos servem como indicadores das relações de poder materializadas no tecido urbano, de modo que a distribuição da sua espacialidade revela

também a desigualdade socioespacial e simbólica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético (Marx, 1859; Marx, 1867), compreende-se que tais monumentos extrapolam a função de adornos estéticos, constituindo-se como produções sociais indissociáveis das lutas de classe e de projetos hegemônicos. Nesse sentido, ao reconhecer os monumentos como produções sociais historicamente situadas, torna-se necessário avançar para uma abordagem que permita compreender como tais objetos materializam, comunicam e estabilizam sentidos no espaço.

Para além de sua inserção nas disputas estruturais da sociedade, os monumentos operam como dispositivos simbólicos que sintetizam narrativas, valores e memórias coletivamente construídas. Nessa perspectiva, não se trata de uma mera aproximação ao conceito de Formas Simbólicas (FS), mas do reconhecimento de que o próprio monumento constitui uma Forma Simbólica Espacial (FSE), uma vez que fixa significados em pontos determinados do espaço geográfico. Ao se materializar na paisagem urbana, o monumento territorializa a memória e passa a operar também como toponímia, “compreende-se aqui que os topônimos são o resultado de práticas de significação e que, portanto, podem ser expressas em produtos culturais”, conforme Lobato *et al* (2018, p. 177). Assim, o monumento, enquanto FSE, articula dimensão simbólica e espacial, inscrevendo no território narrativas históricas que se tornam recorrentes no cotidiano e na linguagem geográfica da cidade.

As FS são produtos culturais materiais ou imateriais, como monumentos, templos e outros, que representam a realidade e condensam significados criados e compartilhados socialmente, conforme Hall (1997), vinculando-se e expressando valores, memórias e identidades. Quando dotadas de referenciais geográficos fixos, como os monumentos, como destaca Rosendahl e Corrêa (2013) tornam-se FSE, operando como elementos centrais da iconografia política da paisagem.

À luz dessa definição, é possível compreender que o sentido primordial e o sentido tradicional do monumento, conforme formulados por Riegl (2014), encontram materialidade e potência analítica quando inseridos na categoria das FSE. Ao buscar manter viva a consciência de ações ou destinos individuais e ao pretender eternizar um fluxo de tempo passado por meio de símbolos, o monumento não apenas comunica significados, mas os fixa espacialmente, ancorando memórias, valores e narrativas em pontos específicos do espaço geográfico.

Nessa perspectiva, o monumento, enquanto FSE, ultrapassa sua função memorial para operar como um dispositivo de ordenamento simbólico da paisagem, no qual o tempo histórico é territorializado e convertido em referência espacial, tornando-se visível, acessível e reiterado no cotidiano urbano.

A pesquisa distingue o monumento deliberado (criado de primeira com intenção comemorativa) do monumento histórico, que requer uma análise a posteriori sobre seu valor artístico e documental. Ao mapear quantitativamente estátuas, bustos, chafarizes e marcos em espaços públicos de livre circulação, o estudo evidencia que a capital, especificamente em suas áreas com maior renda per capita, concentra o maior volume de FSE e de informações institucionais. Essa concentração reforça o conceito de Capital Simbólico (Bourdieu, 1989), no qual, o prestígio e a autoridade de grupos privilegiados são validados socialmente.

Em contrapartida, a escassez de monumentos nas periferias e na Baixada Fluminense revela uma lógica excludente sobre quais espaços e sujeitos são dignos de representação histórica e cuidado estético. A predominância de homenagens a homens brancos, militares e políticos da elite econômica consolida uma história oficial baseada em heróis fundadores, negligenciando a diversidade e a memória das camadas populares fluminenses.

Assim, este trabalho tem como objetivo, através do mapeamento dos monumentos e da análise espacial comparativa entre o núcleo metropolitano e suas periferias, evidenciar como a materialização dessas FSE no espaço geográfico perpetua e aprofunda as desigualdades territoriais e culturais na metrôpole.

2 MAPEAMENTO E ANÁLISE ESPACIAL DAS FORMAS SIMBÓLICAS ESPACIAIS

Esta pesquisa adota uma abordagem mista, articulando dados qualitativos e quantitativos, configurando-se como um estudo de caráter descritivo, cujo objetivo é catalogar, mapear e analisar comparativamente os monumentos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A investigação orienta-se pela perspectiva teórica do Materialismo Histórico-Dialético (Marx, 1859; Marx, 1867), a partir da qual os monumentos são compreendidos não como meros adornos ou objetos estéticos, mas como

produções sociais materializadas na paisagem urbana, indissociáveis das relações de poder e de classe que marcam o tempo histórico de sua constituição.

Optou-se por um recorte temático e espacial em função da abrangência do conceito de monumento e das especificidades analíticas desta pesquisa. Diferentemente de ruínas, edifícios e outros bens patrimoniais que também possuem valor histórico, cultural ou memorial, a coleta de dados considerou como monumentos bustos, estátuas, chafarizes, marcos, cápsulas do tempo, placas ou totens que apresentam uma intencionalidade explícita de homenagem e celebração, bem como uma relação direta entre a figura representada e a escolha de sua localização na paisagem urbana. Esses atributos tornam tais objetos particularmente relevantes para a análise das estratégias simbólicas de inscrição da memória no espaço.

Para examinar a intencionalidade dos agentes envolvidos na implantação desses monumentos e as dinâmicas espaciais associadas à sua distribuição, delimitou-se a área de estudo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, organizada analiticamente em três sub-regiões: Baixada Fluminense (BF), Leste Metropolitano (LM) e Capital Metropolitana (CM). Essa subdivisão possibilita a comparação entre o núcleo histórico-metropolitano e suas periferias, permitindo evidenciar contrastes nas dinâmicas de patrimonialização, na concentração de monumentos e na distribuição do capital simbólico no território metropolitano.

Os dados coletados foram compilados a partir de levantamento em diferentes fontes, incluindo bases digitais e instituições responsáveis pela gestão do patrimônio cultural. Foram realizadas pesquisas em sites especializados, como monumentos.rio.br e inepac.gov.br, bem como a utilização das ferramentas *Google Earth* e *Google Maps*, que possibilitaram a exploração sistemática de municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em busca da identificação e validação dos monumentos.

Complementarmente, estabeleceram-se contatos com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), prefeituras municipais e Institutos Históricos de alguns municípios da RMRJ, tanto por meio de comunicação eletrônica (e-mail) quanto por visitas presenciais (in situ). Esse procedimento permitiu contemplar monumentos vinculados a diferentes esferas de gestão federal, estadual, municipal e privada, ampliando o alcance e a diversidade do levantamento realizado.

A partir dos dados coletados, foram elaborados gráficos e tabelas com o objetivo de subsidiar a análise comparativa entre as áreas de interesse, organizadas nas sub-regiões

Leste Metropolitano (LM), Baixada Fluminense (BF) e Capital Metropolitana (CM). As tabelas foram estruturadas a partir dos seguintes campos: nome do monumento, coordenadas geográficas, bairro, município, descri o e link da fonte de informa o, assegurando a sistematiza o, a rastreabilidade e a consistência dos dados utilizados na pesquisa.

Figura 1- Captura de Tela de Parte da Tabela Utilizada para Catalogar os Monumentos

1	Monumentos da Regi�o Metropolitana RJ							
2								
3	Capital Metropolitana	Monumento	LAT	LONG	Bairro	Munic�pio	Descri�o	Link
4	Capital Metropolitana	Busto de Edson Passos	-22,94611	-43,25777	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	-	https://monumer
5	Capital Metropolitana	Fonte Inglesa de Le�o	-22,96144	-43,27329	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Produzida na funda�o Andrew Hanc	https://monumer
6	Capital Metropolitana	Fonte Wallace no Parque Nacional da Tijuca	-22,95533	-43,28507	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Fonte, criada por volta de 1884, local	https://monumer
7	Capital Metropolitana	Le�o em p�	-22,9575	-43,26618	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Inaugurado na Pra�a Floriano Peixo	https://monumer
8	Capital Metropolitana	Marco de Restaura�o do Lago das Fadas	-22,95234	-43,28381	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Restaura�o do Lago das Fadas, em	https://monumer
9	Capital Metropolitana	Chafariz de Grandjean de Montigny	-22,96123	-43,2734	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Chafariz, criado por volta de 1842, local	https://monumer
10	Capital Metropolitana	Chafariz na Avenida Edson Passos	-22,95734	-43,26858	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Chafariz, criado em data desconhecida	https://monumer
11	Capital Metropolitana	Fonte na Avenida Edson Passos	-22,95843	-43,26537	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Fonte, criada em data desconhecida	https://monumer
12	Capital Metropolitana	Fonte na Estrada da Vista Chinesa	-22,96664	-43,27757	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Fonte, criada em data desconhecida	https://monumer
13	Capital Metropolitana	Lanterna Japonesa I do Alto da Boa Vista	-22,95699	-43,26536	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Obra, criada em 1957, localiza�o	https://monumer
14	Capital Metropolitana	Marco da Alameda Jo� Maggesi	-22,95526	-43,28712	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Marco, criado em data desconhecida	https://monumer
15	Capital Metropolitana	Marco de Inaugura�o da Avenida Edson Passos	-22,9517	-43,2602	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Marco, criado em 1940, localiza�o	https://monumer
16	Capital Metropolitana	Monumento ao Bar�o d'Escagnolle	-22,95502	-43,28664	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Marco, criado em 1928, localiza�o	https://monumer
17	Capital Metropolitana	Monumento ao Bar�o de Taunay	-22,9591	-43,27781	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Marco, criado em 1928, localiza�o	https://monumer
18	Capital Metropolitana	Monumento ao Visconde de Bom Retiro	-22,94741	-43,2912	Alto da Boa Vista	Rio de Janeiro	Marco, criado em 1928, localiza�o	https://monumer
--								

Fonte: Elabora o própria, 2025.

Através das coordenadas geográficas obtidas no levantamento dos dados, os monumentos foram inicialmente plotados no software Google Earth, onde se realizou a conferência espacial dos pontos e a organiza o preliminar dos dados. Nessa etapa, os registros foram salvos no formato KML, permitindo a preserva o das informa es geográficas no formato vetorial e a posterior integra o em ambiente de Sistema de Informa o Geográfica (SIG). Os arquivos KML foram, então, exportados para o software ArcMap, no qual os dados foram convertidos para o formato Shapefile, possibilitando sua manipula o, análise espacial e cruzamento com outras camadas cartográficas.

Com os dados georreferenciados estruturados em ambiente SIG, foram elaborados mapas temáticos voltados   análise da distribui o espacial dos monumentos nas sub-regiões da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para aprofundar a leitura dos padrões espaciais, utilizou-se a técnica de Densidade de Kernel, amplamente empregada em análises de concentra o espacial, a fim de gerar mapas de calor capazes de evidenciar áreas de maior e menor concentra o de monumentos. A aplica o dessa ferramenta permitiu identificar núcleos de alta densidade, vazios espaciais e zonas de transi o entre as diferentes sub-regiões analisadas.

A Densidade de Kernel foi aplicada a partir de uma superfície contínua gerada com base na distribui o pontual dos monumentos, considerando um raio de busca

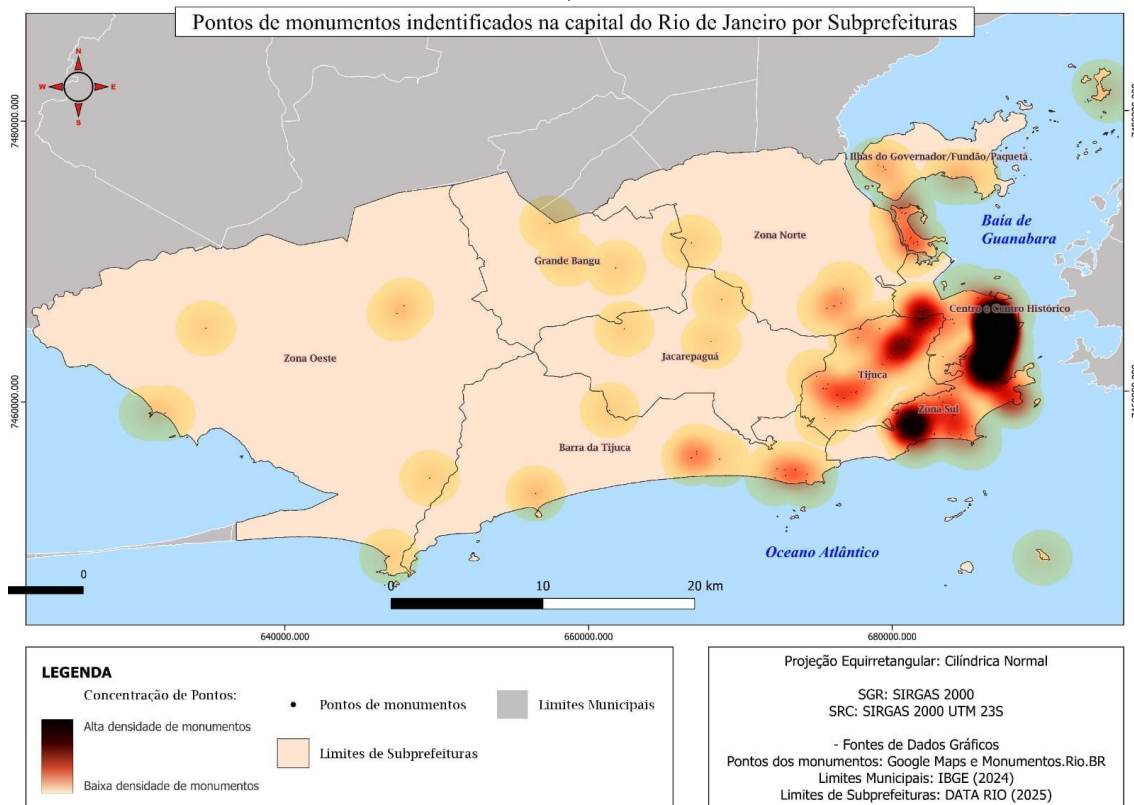
definido de acordo com a escala metropolitana da análise, de modo a equilibrar a generalização espacial e a preservação dos padrões locais de concentração. A escolha desse parâmetro buscou evitar tanto a excessiva fragmentação da superfície quanto a homogeneização artificial dos dados, garantindo uma visualização adequada das hierarquias espaciais e da concentração simbólica das Formas Simbólicas Espaciais. Os resultados obtidos por meio dessa técnica permitiram uma leitura comparativa consistente entre a Capital Metropolitana, a Baixada Fluminense e o Leste Metropolitano.

Observou-se, ainda, que a disponibilidade e a sistematização das informações sobre os monumentos, tanto em bases digitais quanto por meio da solicitação de dados junto a prefeituras e secretarias de cultura são significativamente superiores na Capital Metropolitana. Reconhece-se que a incompletude de alguns inventários públicos, como o site Monumentos Rio, o caráter não exaustivo de determinadas listagens institucionais e a escassez de dados municipais organizados na Baixada Fluminense e no Leste Metropolitano constituíram limitações ao processo de coleta. Contudo, essas restrições não inviabilizaram a análise proposta, uma vez que o procedimento metodológico privilegiou a construção de uma amostra espacialmente consistente e analiticamente representativa, adequada à identificação de padrões gerais e desigualdades na distribuição dos monumentos no território metropolitano.

3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MONUMENTOS NA RMRJ

Esta pesquisa já catalogou 419 Formas Simbólicas Espaciais, dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), até o momento, sendo resultados parciais. Percebemos que além de uma concentração perceptivelmente maior de monumentos na Capital Metropolitana do Rio de Janeiro. A imagem abaixo retrata um mapa dos monumentos elencados a partir do site Monumentos Rio, é evidente a intensa mancha nas áreas do Centro e na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, demonstrando de forma qualitativa a concentração superior nestes espaços.

Figura 2 - Mapa dos Monumentos na Cidade do Rio de Janeiro a Partir do Acervo Contido no Site Monumentos Rio, até novembro de 2025



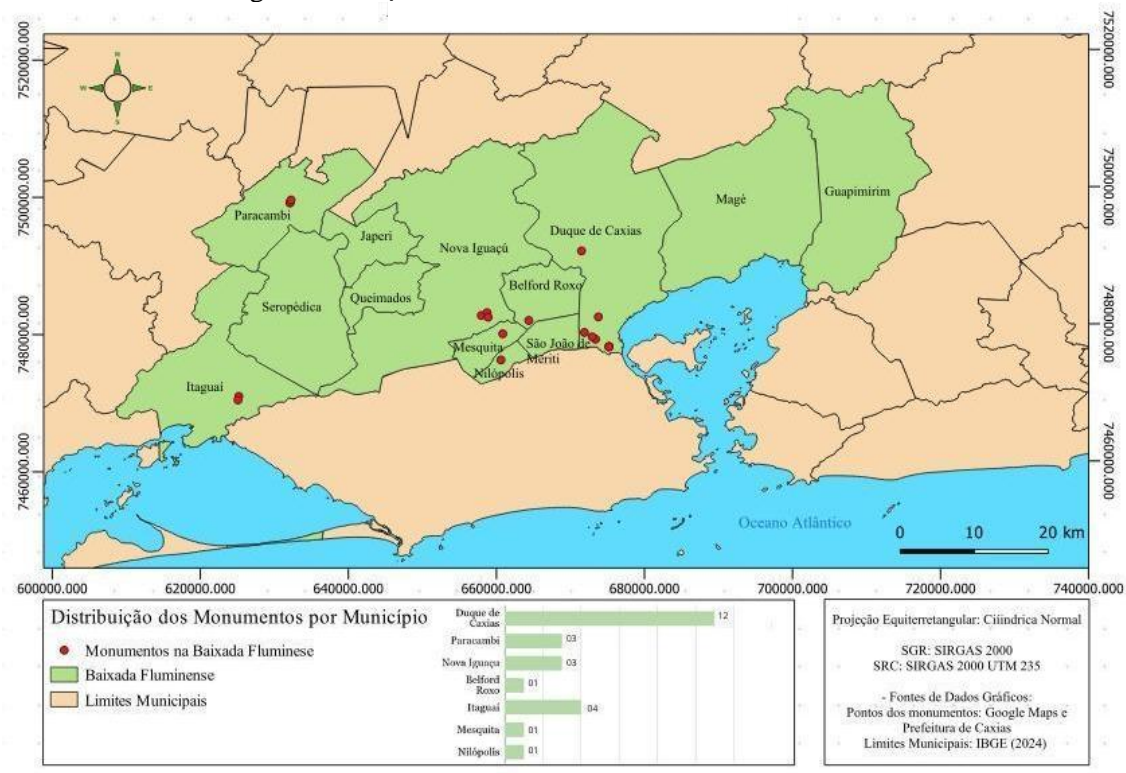
Fonte: Elaboração própria, 2025.

O mapa da Figura 03, referente aos municípios da Baixada Fluminense evidencia uma presença significativamente reduzida de Formas Simbólicas Espaciais, distribuídas de maneira esparsa e descontínua no território. Diferentemente do observado na Capital Metropolitana, onde se formam manchas densas de concentração, especialmente nas áreas centrais e na Zona Sul, na Baixada Fluminense as FSE aparecem de forma isolada, com grandes vazios espaciais entre um registro e outro. Essa configuração revela não apenas uma menor quantidade absoluta de monumentos, mas também a ausência de um padrão de concentração simbólica capaz de estruturar a paisagem urbana a partir de referências memorializadas de forma contínua.

Em comparação, o mapa da Capital Metropolitana na Figura 02, embora apresente forte concentração de FSE em áreas historicamente valorizadas, também revela a existência de monumentos pontuais em regiões periféricas da cidade. No entanto, esses registros aparecem de forma fragmentada e rarefeita, sem configurar manchas contínuas de densidade simbólica semelhantes às observadas nos setores centrais. Tal padrão indica que, mesmo quando presentes nas periferias da capital, as Formas Simbólicas Espaciais não se estruturam como dispositivos de centralidade simbólica, mas operam como

exceções em um território marcado por desigualdades na distribuição da memória, do reconhecimento histórico e do investimento estético no espaço urbano.

Figura 3 - Mapa dos Monumentos da Baixada Fluminense



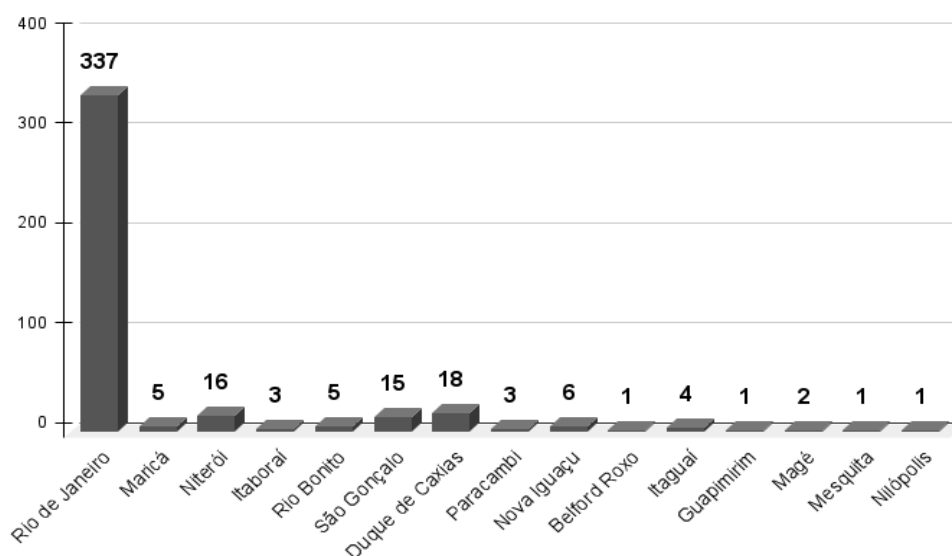
Fonte: Elaboração própria, 2025.

Os dados obtidos indicam a catalogação de 337 monumentos no município do Rio de Janeiro no escopo desta pesquisa. Esse quantitativo, contudo, tende a ser significativamente mais elevado, podendo alcançar cerca de 1.400 monumentos, conforme estimativas divulgadas pelo site Monumentos Rio e corroboradas pela notícia vinculada a REVISTA MUSEU (2015), sobre o inventário realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que identificou 1.100 obras na capital fluminense. Em contraste, na Baixada Fluminense foram registrados apenas 37 monumentos, número que evidencia uma presença bastante reduzida de Formas Simbólicas Espaciais quando comparada ao núcleo metropolitano. Destaca-se o município de Duque de Caxias, que concentra 18 desses registros, revelando que, mesmo no principal polo urbano da Baixada, a materialização monumental permanece limitada e pontual.

A baixa quantidade de monumentos identificados na Baixada Fluminense não pode ser compreendida exclusivamente como ausência empírica, mas também como resultado de entraves estruturais à produção, registro e circulação da informação

patrimonial. Entre os principais fatores que dificultaram a ampliação do levantamento destacam-se a inexistência ou desatualização de inventários municipais sistematizados, a escassez de bases digitais públicas voltadas ao patrimônio local, a fragilidade institucional de secretarias e conselhos de cultura, bem como a limitada visibilidade simbólica atribuída a esses territórios nos circuitos oficiais de patrimonialização. Soma-se a isso a dificuldade de acesso a informações sobre monumentos de iniciativa comunitária ou privada, frequentemente ausentes dos registros formais, o que contribui para a sub-representação dessas Formas Simbólicas Espaciais nos dados disponíveis.

Gráfico 1 - Quantidade de Monumentos Identificados por Município da RMRJ

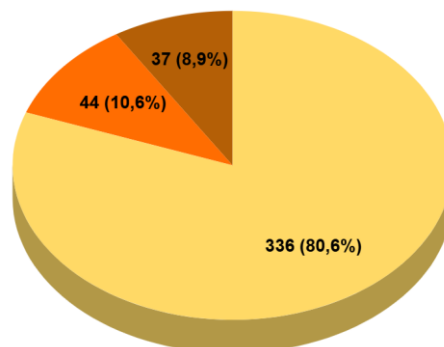


Fonte: Elaboração própria, 2025.

Gráfico 2 - Gráfico em Pizza da Porcentagem e Quantitativo de Monumentos da RMRJ

Monumentos por Região Metropolitana do Rio de Janeiro

● Capital Metropolitana ● Leste Metropolitano ● Baixada Fluminense



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Os gráficos 1 e 2 evidenciam numericamente a disparidade na concentração de monumentos, tanto em nível regional quanto municipal. Ao observarmos o gráfico 01, notamos que nenhuma cidade, exceto a Capital, ultrapassa dezoito monumentos, mesmo aquelas em posições de centralidade em suas sub-regiões, como Duque de Caxias e Niterói. E mesmo, em escala regional, o gráfico 02 demonstra que a representação simbólica é escassa, já que juntos a Baixada Fluminense e o Leste Metropolitano representam apenas 19,5% dos monumentos da metrópole.

4 VITRINES DA MEMÓRIA E INVISIBILIDADES URBANAS

A leitura da espacialidade dos monumentos no Rio de Janeiro pode ser aprofundada a partir da interpretação proposta por Santos (2006) acerca da produção desigual do espaço, especialmente por meio da distinção entre espaços luminosos e espaços opacos. Para o autor, os espaços luminosos correspondem àqueles fortemente integrados aos sistemas técnicos, informacionais e econômicos dominantes, onde circulam com maior intensidade o capital, a visibilidade e os fluxos globais. No contexto carioca, áreas como o Centro Histórico e a Zona Sul concentram não apenas infraestrutura, serviços e centralidade funcional, mas também a função simbólica de apresentar a cidade que opera como verdadeira vitrine urbana. A elevada concentração de monumentos nesses setores reforça essa condição de luminosidade, ao inscrever no espaço narrativas oficiais e seletivas da história nacional e local.

Por outro lado, considerando Santos (2006) as periferias da própria capital e os municípios da Baixada Fluminense configuram-se predominantemente como espaços opacos, caracterizados por menor integração às redes hegemônicas de informação, investimento simbólico e reconhecimento institucional. Nesses territórios, a presença rarefeita ou inexistente de monumentos não decorre apenas de uma suposta ausência histórica, mas expressa um processo ativo de invisibilização, no qual determinados grupos sociais, práticas culturais e experiências espaciais permanecem fora dos circuitos de consagração da memória.

Assim, a coexistência entre espaços luminosos e opacos no interior da metrópole evidencia que a materialização da memória por meio dos monumentos está profundamente articulada à lógica seletiva da globalização e à produção desigual do

espaço, conforme formulado por Santos, na qual sistemas de objetos e sistemas de ações operam de maneira hierarquizada.

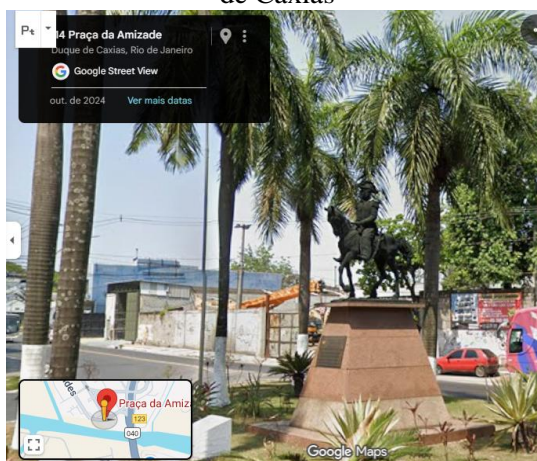
Essa distinção entre espaços luminosos e opacos torna-se particularmente evidente quando analisada a partir dos mapas de densidade de Kernel elaborados neste estudo. As manchas de maior intensidade identificadas nesses mapas coincidem, de forma recorrente, com os setores da cidade que concentram infraestrutura, fluxos econômicos, circulação turística e visibilidade institucional, como o Centro Histórico e a Zona Sul do Rio de Janeiro. Essas áreas, que já se configuram como espaços luminosos na acepção proposta por Milton Santos, apresentam elevada densidade de Formas Simbólicas Espaciais, evidenciando uma sobreposição entre centralidade funcional, visibilidade simbólica e investimento memorial no território, como observamos nas Figuras 04 e 05.

Figura 3 - Busto do Marechal Joaquim Ignácio, Militar Influente e Avó do Ex-Presidente FHC



Fonte: Google Maps, 2025.

Figura 4 - Estátua de Duque de Caxias, na Entrada da Washington Luís, em de Duque de Caxias



Fonte: Google Maps, 2025.

Por outro lado, os mapas de Kernel também revelam extensas áreas de baixa densidade ou ausência de registros, configurando verdadeiros vazios simbólicos na paisagem metropolitana. Esses vazios correspondem majoritariamente aos espaços periféricos da própria capital e aos municípios da Baixada Fluminense, que, à luz da leitura santossiana, operam como espaços opacos: territórios menos integrados aos sistemas técnicos e informacionais dominantes e, conseqüentemente, menos contemplados pelos processos oficiais de patrimonialização e monumentalização. Assim, a cartografia de densidade não apenas representa a distribuição dos monumentos, mas materializa graficamente a produção desigual do espaço, na qual a luminosidade e a opacidade se expressam simultaneamente como padrões técnicos, simbólicos e territoriais.

Dessa forma, cabe-nos ainda articular a ideia de Santos (2006) com o sistema e objetos e ação com os mapas de densidade, visto que, a densidade Kernel nos mapas funcionam como instrumentos analíticos capazes de revelar como os sistemas de objetos, neste caso, os monumentos se articulam aos sistemas de ações que selecionam, iluminam e silenciam partes do território metropolitano. A leitura cartográfica evidencia que a concentração de Formas Simbólicas Espaciais nos espaços luminosos reforça sua condição de vitrine da cidade, enquanto a rarefação dessas formas nos espaços opacos contribui para a reprodução de desigualdades simbólicas, culturais e territoriais no interior da metrôpole.

Nesse contexto, a obra de Cunha e Roxo (2022) contribui de forma decisiva para compreender o papel político dos monumentos e sua relação com a memória social, ao evidenciar como essas materialidades atuam na legitimação de narrativas dominantes e na reprodução de formas de opressão simbólica sobre as classes trabalhadoras. A presença recorrente de monumentos em zonas de prestígio social reforça hierarquias históricas e territoriais, ao mesmo tempo em que silencia ou marginaliza outras experiências, sujeitos e memórias coletivas que não se enquadram nos projetos hegemônicos de representação.

A dinastia político-militar dos Cardosos, segundo Rodrigues e França (1994), exemplificada na figura 04, o monumento em homenagem ao Marechal Joaquim Ignácio que para além da ampla influência militar, ocupou até mesmo o cargo de ajudante-de-ordens do Pres. Floriano Peixoto. A árvore genealógica do ex-presidente Fernando Henrique possui capitães, generais, marechais, um governador, um prefeito e um empreiteiro português. De acordo com Rodrigues e França (1994), “alguns viraram nome de rua e ganharam bustos em Goiânia e no Rio”. A figura 05 retrata o Duque de Caxias,

o morador ilustre ou mesmo “herói fundador” do município de mesmo nome na Baixada Fluminense. Uma figura controversa, devido aos infanticídios cometidos na Guerra do Paraguai, ainda assim celebrado como patrono do Exército Brasileiro. Estes monumentos demonstram como as figuras simbólicas espaciais são também dispositivos de poder e prestígio social de classes tradicionalmente dominantes. Corroborando a narrativa da “história dos vencedores” (Benjamin, 2012), na qual a narrativa é dirigida e (re)adequada para fortalecer os interesses dos “vencedores” e também exaltá-los a despeito dos “vencidos”, ignorando o processo de luta e resistência destes grupos “minoritários”, isto é, grupos que apesar de amplo quantitativo foram sistematicamente subjugados.

Essa leitura dialoga diretamente com a noção de Capital Simbólico formulada por Pierre Bourdieu (1989), entendida como uma forma derivada e relacional dos capitais econômico, cultural e social. O capital simbólico manifesta-se como prestígio, crédito e autoridade socialmente reconhecidos, adquiridos quando determinadas trajetórias, bens ou visões de mundo são legitimadas no espaço social. No caso dos monumentos, essa legitimação se materializa na paisagem urbana, conferindo visibilidade e permanência a determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Diante dessa perspectiva, a compreensão de Lefebvre (2006), do espaço para além das relações de produção, mas também de poder, controle e dominação. Concomitantemente refletindo sobre o Direito à Cidade, nessa relação tão desigual e dissonante para os moradores da metrópole fluminense, especialmente nas periferias.

Para Corrêa (2007), os monumentos encontram-se, ao menos, imbuídos de um ou mais sentidos simbólicos fundamentais, isto é, de forma sintética, esses sentidos podem ser compreendidos como: a perpetuação ou invenção de tradições, por meio da transmissão de valores associados a determinados grupos sociais sejam eles estruturados a partir de marcadores raciais, religiosos e políticos, ou ainda atuando na afirmação de: identidades que visam a glorificação do passado, que pode operar tanto como instrumento de exaltação quanto como prática de revisionismo histórico, frequentemente a serviço de interesses hegemônicos; a sugestão de que o futuro já chegou, incorporando discursos vinculados à harmonia, ao progresso e à modernização social; e, por fim, a criação de “lugares de memória”, cuja função central é promover coesão social a partir de narrativas compartilhadas.

Quando um artefato cultural tem como função garantir a memória e a identidade, essa mobilização pode ser reforçada por aspectos culturais ou pela preservação de vínculos afetivos, como distingue Choay (2006), mas o autor desconsidera a manutenção

de estruturas de poder, pois os monumentos operam não apenas como objetos materiais, mas como dispositivos ativos de produção simbólica do passado. Nesse sentido, a memória evocada não é neutra nem espontânea, mas trata-se de uma memória selecionada, territorializada e orientada por finalidades coletivas específicas, étnicas/religiosas capazes de sustentar sentimentos de pertencimento, continuidade histórica e segurança identitária, não deixando de ser um controle e dominação social.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. [...] O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo (CHOAY, 2006, p.18).

A partir desses sentidos, evidencia-se o caráter plurivocal dos monumentos, uma vez que tais objetos são permanentemente atravessados por disputas narrativas no campo da memória. É justamente essa condição que, segundo Johnson (1995), confere aos monumentos sua dimensão política, ao torná-los arenas de confronto simbólico entre diferentes leituras do passado e projetos de futuro. Nesse mesmo horizonte interpretativo, Cristina Freire (1997, p. 58) assinala que “o monumento, no sentido tradicional, remete ao ausente, a um fluxo de tempo passado que a peça, através de seus símbolos, pretende rememorar, eternizar”, reforçando sua função de mediação entre temporalidades distintas.

Por fim, o diálogo com Tomaz (2010) permite compreender os monumentos como elementos centrais nos processos de invenção e reconstrução do passado urbano. Segundo o autor, as cidades tendem a eleger heróis fundadores a partir de mitos e narrativas seletivas, conformando aquilo que denomina de “história oficial”. Nesse sentido, os monumentos operam como dispositivos privilegiados dessa construção simbólica, ao cristalizar determinadas versões da história e relegar outras à invisibilidade, reafirmando relações de poder no espaço urbano.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: Monumentos, poder simbólico e produção desigual do espaço

Este estudo analisou a distribuição espacial dos monumentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro a partir de sua compreensão como Formas Simbólicas Espaciais, evidenciando que a monumentalização opera de maneira seletiva e profundamente vinculada às desigualdades históricas, territoriais e informacionais. A análise cartográfica, aliada aos mapas de densidade de Kernel, revelou uma forte concentração de monumentos na Capital Metropolitana, sobretudo nas áreas centrais e de maior prestígio socioeconômico, como o Centro e a Zona Sul, contrastando com a presença rarefeita, fragmentada ou inexistente dessas formas simbólicas nas periferias da capital e nos municípios da Baixada Fluminense.

Para além da materialidade dos monumentos, os resultados indicam que essa concentração também se expressa na produção e circulação de informações patrimoniais. Observou-se que a Capital Metropolitana dispõe de um volume significativamente maior de registros digitais, pesquisas acadêmicas e estruturas institucionais voltadas à gestão dos monumentos, como a Gerência de Monumentos e Chafarizes (GMC), vinculada à Secretaria Municipal de Conservação, responsável por ações de restauração, manutenção, preservação e autorização de novos monumentos. Essa centralização institucional e informacional reforça o papel das áreas centrais como vitrines simbólicas da cidade, ao passo que as demais áreas da RMRJ permanecem marcadas pela escassez de dados, ausência de inventários sistematizados e baixa visibilidade patrimonial.

Embora a condição histórica do Rio de Janeiro como antiga capital do país contribua para explicar parte dessa concentração, os resultados demonstram que tal argumento é insuficiente para compreender a magnitude das desigualdades observadas. A espacialização dos monumentos acompanha e reforça a lógica de produção desigual do espaço metropolitano, na qual determinados lugares e, portanto, determinados grupos sociais são considerados dignos de investimento simbólico, cuidado estético e celebração histórica em espaços luminosos, enquanto outros permanecem à margem desses processos nos espaços opacos. A não presença, a precariedade de manutenção e a ausência de informações sobre monumentos nas periferias indicam uma lógica seletiva de reconhecimento, que atua tanto no plano espacial quanto no simbólico.

Essa seletividade também se manifesta na escolha dos temas e das figuras homenageadas, isto porque, a predominância de monumentos são dedicados a homens

brancos, políticos, militares e representantes das elites econômicas, no qual, reforça a construção de heróis fundadores e a consolidação de uma história oficial, marcada por valores e visões de mundo hegemônicas. Em contrapartida, figuras populares, lideranças revolucionárias e trajetórias coletivas das classes trabalhadoras apresentam representação ínfima ou inexistente, o que limita a plurivocalidade da memória urbana e silencia experiências que melhor refletiriam a diversidade social e histórica da população fluminense.

Do ponto de vista teórico, os resultados reforçam a compreensão dos monumentos como dispositivos ativos de poder simbólico. Ao materializar narrativas dominantes no espaço urbano, essas Formas Simbólicas Espaciais não apenas refletem relações de poder preexistentes, mas contribuem para sua naturalização e reprodução, legitimando hierarquias sociais e territoriais. A monumentalização, nesse sentido, atua como mecanismo de manutenção do status quo, definindo quais identidades são valorizadas, quais histórias são lembradas e quais permanecem excluídas da paisagem e da memória coletiva.

Como agenda futura de pesquisa, destaca-se a necessidade de aprofundar investigações sobre práticas comunitárias de memorialização, monumentos informais e iniciativas contra-hegemônicas de produção da memória, especialmente nos territórios periféricos da metrópole. Do mesmo modo, torna-se fundamental articular a análise das Formas Simbólicas Espaciais a indicadores socioeconômicos, raciais e culturais, ampliando a compreensão das desigualdades simbólicas inscritas no espaço urbano.

No campo das políticas públicas, os resultados apontam para a urgência de descentralizar as políticas de patrimônio e memória, fortalecendo inventários participativos, ampliando a atuação institucional nos municípios periféricos e valorizando narrativas locais historicamente invisibilizadas. Repensar a monumentalização a partir de uma perspectiva democrática, plural e territorialmente sensível constitui passo essencial para promover justiça simbólica e ampliar o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Heterogeneidade e transformação espacial no Brasil. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 9-10, p. 7-10, 2013. DOI: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2000.7230>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/7230>. Acesso em: 30 jan. 2026.

CHOAY, François. **Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CUNHA, Maria Clara do Carmo; ROXO, Gusthavo Gonçalves. O Papel Político de Bustos e Estátuas no Contexto Carioca: Uma Descentralização (regional) do Pensar Museológico. **Revista Averso: Pensamento, Memória e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2022.

FREIRE, Cristina (Org.). **Arte contemporânea: preservar o quê?** São Paulo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 2015. 196 p. ISBN 978-85-391-0704-9.

HALL, S. 1997. **Representations: Cultural Representations and Signifying Practices**. Londres: Sage Publications.

JOHNSON, K. E. **Understanding communication in second language classrooms**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Anthropos, 1974.

LOBATO, Rodrigo Batista *et al.* Nomes geográficos no centro de Juiz de Fora - MG: recorte espacial entre as avenidas Barão do Rio Branco, Presidente Itamar Franco e Getúlio Vargas. **Revista de Geografia (PPGEO - UFJF)**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/18108>. Acesso em: 29 jan. 2026.

REVISTA MUSEU. Prefeitura lança o livro "Os monumentos do Rio de Janeiro – Inventário 2015". **Revista Museu**, Rio de Janeiro, 17 dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/9391-17-12-2015-prefeitura-lanca-o-livro-os-monumentos-do-rio-de-janeiro-inventario-2015.html> Acesso em: 11 nov. 2025.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua história e suas origens**. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014. 88 p. (Coleção Elos, 64).

RODRIGUES, Fernando; FRANÇA, William. Dinastia é dominada por militares e políticos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 maio 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/15/brasil/21.html>. Acesso em: 10 fevereiro 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TOMAZ, Paulo Cesar. A Preservação do Patrimônio Cultural e Sua Trajetória no Brasil. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.